



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROJETO DE LEI N.º 1.795, DE 2003**

**(Do Sr. Aloysio Nunes Ferreira)**

Torna irrecorrível decisão que estiver em conformidade com súmula de jurisprudência.

**DESPACHO:**

APENSE-SE ESTE AO PL-4627/1994.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei torna irrecorrível a decisão que estiver em conformidade com súmula de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

Art. 2º A Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – passa a vigorar com o acréscimo do seguinte artigo:

*“Art. 496 A. Não será admitido qualquer recurso contra decisão que esteja em conformidade com súmula de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.”*

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Tornar irrecorrível decisão que está em conformidade com jurisprudência pacífica e sumulada de órgão judiciário superior é algo que sem dúvida alguma irá desafogar o Poder Judiciário, que se vê às voltas com recursos repetitivos, que lhe emperram o bom funcionamento.

Várias são os motivos que podem servir de argumento à assertiva acima, como lembrado por vários autores:

- 1) Alivia o STF e tribunais superiores de milhares de processos em tramitação, com temas idênticos e reduz, substancialmente, o número de recursos protelatórios;
- 2) Suprime a possibilidade de convivência de decisões conflitantes. Quando estas chegarem aos tribunais superiores haverá uniformização jurisprudencial, com o estabelecimento de parâmetros para os juízos *a quo*.
- 3) Haverá maior agilidade na resposta judicial aos casos que lhe forem submetidos, impedindo que se acumulem nos tribunais recursos sobre temas já pacificamente decididos.

- 4) Com o efeito vinculante não haverá **capitis deminutio** de nenhum juiz, pois não lhe retira a liberdade de decidir. A Súmula Vinculante liberará o juiz, que ao invés de ficar perdendo tempo com questões já assentadas pelos tribunais superiores, terá mais tempo para estudar e resolver as questões não sumuladas.
- 5) A jurisprudência dos tribunais superiores, evitará que órgãos e juízos inferiores continuem a decidir contrariamente, ensejando recursos cujo desfecho já seria previsível desde o início.
- 6) haverá celeridade e economia processuais.

Deste modo não se há de argumentar com invasão da liberdade do juiz na apreciação do caso concreto a ele submetido, pois, decidindo contrariamente ao que dispõe jurisprudência pacífica de órgão judiciário superior, apenas estará retardando a verdadeira prestação judicial, já solidificada em múltiplos julgamentos.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares a esta proposta.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 2003 .

Deputado Aloysio Nunes Ferreira

<p style="text-align: center;"><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---

**LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973**

Institui o Código de Processo Civil.

---

LIVRO I  
DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

---

TÍTULO X  
DOS RECURSOS

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 496. São cabíveis os seguintes recursos:

*\* Caput com redação dada pela Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990.*

I - apelação;

*\* Inciso I com redação dada pela Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990.*

II - agravo;

*\* Inciso II com redação dada pela Lei nº 8.950, de 13/12/1994*

III - embargos infringentes;

*\* Inciso III com redação dada pela Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990.*

IV - embargos de declaração;

*\* Inciso IV com redação dada pela Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990.*

V - recurso ordinário;

*\* Inciso V com redação dada pela Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990.*

VI - recurso especial;

*\* Inciso VI com redação dada pela Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990.*

VII - recurso extraordinário;

*\* Inciso VII com redação dada pela Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990.*

VIII - embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.

*\* Inciso VIII com redação dada pela Lei nº 8.950, de 13/12/1994*

Art. 497. O recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença; a interposição do agravo de instrumento não obsta o andamento do processo, ressalvado o disposto no art. 558 desta Lei.

*\* Artigo com redação determinada pela Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990.*

---

---

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------